

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: gm

Data: 3/7/2000 Pg. A-8

Class.: 157

■ NACIONAL

Crescem as opções de negócios nos parques

Governo estuda concessões e outras formas de ampliar a exploração florestal e a oferta de serviços turísticos nas unidades de conservação

Regina Scharf
de São Paulo

Nos Estados Unidos, os parques nacionais geram uma renda anual de US\$ 10 bilhões. Na Costa Rica, o turismo é um dos pilares da economia nacional — e 70% ocorre em áreas preservadas. Já no Brasil, a rentabilidade das unidades de conservação é praticamente nula. Em consequência, também é baixo o retorno para as comunidades do entorno, que costumam desaproveitar sua criação.

As reservas brasileiras com alguma sustentabilidade econômica são exceções. Duas delas são os parques nacionais da Tijuca (RJ) e do Iguazu (PR) que recebem juntos 3 milhões de turistas por ano. Também fogem à regra umas poucas florestas nacionais (Flonas), especialmente Capão Bonito (SP) e Três Barras (SC), onde são manejadas florestas plantadas de pinheiros. A venda de sua madeira rendeu R\$ 4,2 milhões no ano passado ao Ibama, a agência ambiental federal. Experiência comer-

cial semelhante está sendo tentada na Floresta Nacional de Tapajós (PA), em escala piloto.

Agora, com a aprovação no Senado do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), que o presidente FHC deve sancionar nesta semana, o governo começa uma ofensiva para transformar as reservas em pólos de desenvolvimento regional. O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, está selecionando entre cinco e dez parques nacionais prioritá-

rios. Eles terão seus planos de manejo produzidos, revistos ou implantados. É o ponto de partida para abrir novas concessões para exploração de serviços turísticos, como lanchonetes, restaurantes e estacionamentos. Hoje há pelo menos três dezenas desses contratos. Muitos vigoram há décadas e arrecadam quantias irrisórias.

“As áreas protegidas têm que ajudar a fomentar a economia do entorno”, diz Inah Simonetti, diretora do Programa Nacional de Áreas Protegidas e gerente do Programa Parques do Brasil. Com um orçamento de R\$ 107 milhões para os próximos quatro anos, o Parques do Brasil faz parte do Plano Plurianual 2000-2003 (PPA) do governo federal. Segundo Inah, os recursos obtidos ficarão no próprio parque onde forem arrecadados, para ajudar na fiscalização. “É a conservação da biodiversidade que justifica o uso público e não o contrário”, diz.

Para o ambientalista João Paulo Capobianco, coordenador do Instituto Socioambiental, um dos méritos do Snuc é, justamente, o de buscar dar sustentabilidade econômica e política às unidades de conservação. “Quando elas são criadas pela União, sem apoio da comunidade e dos políticos locais, acabam enfrentando oposição pesada”, diz. “Esse é um dos motivos porque o Diário Oficial ainda não publicou a criação do Parque Nacional da Bodoquena (MS), anunciado pelo presidente FHC em setembro”.

A aprovação do Snuc também deverá acelerar a discussão sobre o ingresso de madeiras em Florestas Nacionais. Cogitado há anos pelo Ministério do Meio Ambiente, o tema é polêmico e divide as organizações não-governamentais. Segundo Adalberto Meira Filho, que coordena projetos desenvolvidos em Flonas pelo Ibama, a revisão dos planos de manejo das unidades do Sul e do Sudeste já começou. “Queremos ampliá-los e incluir novos produtos, como o turismo”, diz o engenheiro.



Áreas têm 65 milhões de hectares

Há reservas ecológicas onde se pode plantar milho e instalar confecções. Outras não são abertas nem para turistas. O Snuc faz uma distinção bem clara entre os dois tipos: as unidades de proteção integral — limitadas à pesquisa científica e à visitação pública — e as de uso sustentável, onde, conforme o caso, pode-se praticar o ecoturismo, o manejo de recursos florestais e até a agricultura e a indústria.

Do governo e dos proprietários espera-se a realização de um plano de manejo das áreas, que levante as espécies encontradas, os locais mais ou menos impactados e as suas vocações. Assim, um Parque Nacional pode ter áreas reservadas para lanchonetes, trilhas ou estacionamentos, e outras que devem ser mantidas intocadas.

A lista de unidades de proteção integral federais inclui 34 Estações Ecológicas (EE), 28 Reservas Biológicas (Rebio), 43 Parques Nacionais (PN) e duas categorias recém-criadas: o Monumento Natural e o Refúgio de Vida Silvestre.

Dentre as unidades de uso sustentável estão 26 Áreas de Proteção Ambiental (APA), 18 Áreas de Relevante Interesse Ecológico

Dinheiro na floresta	
Unidade de conservação	O que pode
Parque Nacional	Ecoturismo, pesquisa científica, educação ambiental
Floresta Nacional	Extrativismo, ecoturismo, pesquisa científica
Reserva extrativista	Extrativismo (excluída a madeira e a mineração), ecoturismo
Reserva de desenvolvimento sustentável	Ecoturismo, extrativismo, pesquisa científica, agricultura
Reserva privada de patrimônio natural	Ecoturismo, extrativismo (excluída a madeira)
Estação ecológica	Pesquisa científica, educação ambiental
Reserva biológica	Pesquisa científica, educação ambiental
Monumento natural	Ecoturismo, educação ambiental
Refúgio de vida silvestre	Ecoturismo, pesquisa científica
Área de proteção ambiental	Ecoturismo, extrativismo, indústria
Área de relevante interesse ecológico	Ecoturismo
Reserva de fauna	Ecoturismo

Fonte: MMA

(ARIE), 48 Florestas Nacionais (Flona), 12 Reservas Extrativistas (Resex) e 253 Reservas Privadas de Patrimônio Natural (RPPN). O Snuc também lança duas novas unidades, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas de Fauna. Cada uma tem suas peculiaridades. A Resex, por exemplo, diferencia-se da Reserva

de Desenvolvimento Sustentável por ter comunidade organizada.

As unidades federais protegem 8,13% do território nacional ou 45 milhões de hectares. No cômputo não entram as reservas estaduais e municipais, que adotam classificações semelhantes. Os estados têm 460 unidades de conservação ou 20 milhões de hectares. (R.S.)

“O manejo de Flonas pode ajudar a legalizar o suprimento de madeira amazônica”, acredita Inah Simonetti. Em princípio, seriam promovidas licitações para selecionar empresas dispostas a respeitar o plano de manejo feito pelo governo. Em cada área explorada, apenas algumas árvores seriam retiradas, num sistema de rodízio que poderia levar mais de 20 anos para se completar.

Algumas organizações não-governamentais temem, porém, que o sistema fracasse porque a madeira manejada não teria como competir com o produto clandestino. “A melhor solução para o corte predatório é o controle das vias de escoamento”, avalia Capobianco. “As estradas que levam ao Sul-Sudeste, que consome 80% da madeira amazônica, têm de ser mais fiscalizadas”.

“Apoiamos a exploração econômica das Flonas, mas ela tem que ser muito bem acompanhada”, diz Analuce Freitas, coordenadora de Políticas de Desenvolvimento do Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Para ela, os editais terão de definir com clareza regras para que o manejo não prejudique a floresta.

O Snuc — que ainda pode ter artigos vetados por FHC — introduz outra mudança importante. A partir de agora, os donos de reservas privadas estão autorizados a manejar produtos nativos, como frutos ou plantas medicinais, mas não madeira ou minérios. “Isso deverá atrair quem quer preservar suas terras, mas não pode imobilizá-las”, avalia Capobianco. Ele lembra que metade da Mata Atlântica paulista ainda pertence a particulares.

A venda de pinheiros plantados em Capão Bonito (SP) e Três Barras (SC) rendeu R\$ 4,2 milhões no ano passado ao Ibama